

Portal da UGT

Nissan suspende contrato de trabalho de 279 funcionários no RJ

Cinco meses após inaugurar sua primeira fábrica própria no País, a Nissan anunciou nesta quarta-feira a suspensão temporária do contrato de trabalho de 279 funcionários de fábrica em Resende (RJ), num momento de baixa atividade do mercado automobilístico brasileiro.

"Em função da redução da demanda do mercado automotivo brasileiro registrada nos últimos meses, e como tem sido aplicada por outros fabricantes do setor. A Nissan decidiu adotar a suspensão temporária do contrato de trabalho para 279 funcionários", afirmou a empresa, em nota.

A montadora japonesa inaugurou sua primeira fábrica "exclusiva" no Brasil abril, com investimentos de R\$ 2,6 bilhões para produção de modelos compactos. Na época, o presidente da aliança Renault-Nissan, Carlos Ghosn, afirmou que a meta era alcançar 5% do mercado brasileiro de veículos. A Nissan também produz veículos junto com a Renault em São José dos Pinhais (PR).

A unidade de Resende, com capacidade de produzir 200 mil veículos e motores por ano, tem cerca de 1.800 funcionários. A empresa não informou por quanto tempo vale a suspensão.

Segundo a companhia, a medida teve aprovação do sindicato dos trabalhadores e visa a preservar os empregos. Segundo a Nissan, a decisão não afetará o abastecimento das concessionárias.

"A Nissan reafirma que mantém todos os seus investimentos e projetos previstos para o Brasil", complementa a nota.

Fonte: Estadão

Portal da UGT

Renda na indústria encolhe 3,4% em julho

11/09/2014

Após quase três anos de fechamento de vagas na indústria, os rendimentos dos trabalhadores do setor já mostram deterioração: a folha de pagamento caiu 3,4% em julho na comparação com o mesmo período de 2013.

É a segunda perda seguida. Com esse resultado, a renda do setor acumula alta de apenas 0,6% de janeiro a julho, ritmo mais moderado do que em períodos anteriores.

Em 2013, a renda na indústria avançou 1,3%, abaixo dos 4,4% de 2012, mostra o IBGE.

Para especialistas, o resultado acumulado no ano ainda é positivo em razão dos custos elevados para demitir e treinar trabalhadores, da previsão de recuperação da economia neste semestre e da competição por trabalhadores em ramos dinâmicos, como o de serviços.

Mas o impacto dos sucessivos cortes é ter tornado a oferta de trabalhadores excessiva, o que agora os sujeita a ganhar menos.

"O emprego registra os piores resultados desde a crise global de 2009 e esse cenário já se reflete na redução do rendimento. Com menos vagas e mais pessoas à procura de trabalho, a tendência é que os salários caiam", diz Rodrigo Lobo, do IBGE.

Com a sinalização cada vez mais clara de que a indústria não irá decolar tão cedo num cenário de juros elevado, crédito escasso e consumo em forte desaceleração, os empresários começaram a demitir e buscaram repor algumas vagas com salários menores.

Tal tendência, afirma Fernando Holanda, economista da FGV, ainda se restringe à indústria, mas poderá contagiar outros setores no próximo ano se a economia continuar a evoluir lentamente - a previsão é que o PIB deste ano cresça apenas 0,5%.

O emprego industrial caiu 3,6% em julho em relação a julho de 2013, o 34º resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o pior desde novembro de 2009 (-3,7%).

O número de ocupados recuou 0,7% sobre junho, apesar do avanço da produção de 0,7% de junho para julho.

Pelos dados do IBGE, os setores que lideram as demissões e reduziram mais os salários são os que sofrem maior concorrência com produtos importados ou dependem de exportações, além dos que estão vinculados aos investimentos (destaque negativo no PIB dos dois primeiros trimestres deste ano).

Estão na lista de corte de salários os de aparelhos eletroeletrônicos e comunicação (4,3%), madeira (3,7%), produtos de metal (3,6%), calçados e couro (3%) e máquinas e equipamentos (1,8%).

Em julho, todas as 14 regiões pesquisadas pelo IBGE tiveram queda no emprego na comparação com igual mês de 2013. O destaque foi São Paulo, cuja retração de 5,1% foi a pior da série histórica do IBGE, iniciada em 2001, ao lado de Rio Grande do Sul (3,8%) e Paraná (5,6%).

Fonte: Folha de S. Paulo

Diap, 12/09/14

Terceirização: um olho no STF e outro no Congresso

O STF decidiu que um dos processos em análise sobre o tema terá repercussão geral sobre os outros que chegarem à Justiça.

A ameaça da terceirização do trabalho, desde maio, tem mais um espaço para tentar vigorar em todos os setores da economia. O STF decidiu que um dos processos em análise sobre o tema terá repercussão geral sobre os outros que chegarem à Justiça.

O processo que foi alvo do Supremo é o ARE 713211, e a decisão de 'carimbar' como repercussão geral foi tomada pelo relator, Luiz Fux, mas foi seguida pelos demais ministros.

A decisão não invalida as tentativas de regulamentar a terceirização, presentes no Congresso, e que esquentaram o clima político em 2013.

Diante da decisão do STF, a Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino) enviou carta ao relator em que pede a realização de uma audiência pública para discutir o assunto. No texto, a entidade manifesta-se contra a ampliação do trabalho terceirizado, além do limite previsto pela Súmula 331 do TST.

Entre os argumentos usados pelo documento, está o fato de que 80% dos acidentes de trabalho envolve mão-de-obra terceirizada, segundo dados da Previdência Social de 2012.

A carta critica a discussão que é feita no parlamento, pois, quando o trabalhador é chamado, isto só ocorre para que ele referende a permissão e não para "propor limites decentes".

Na Câmara e Senado, existem fortes pressões do empresariado para aprovar uma lei específica que regule a terceirização. As iniciativas nesse sentido aparecem pelo menos desde 1998 – só foram bloqueadas, temporariamente, pela mobilização dos trabalhadores e seus sindicatos.

Durante todo o ano passado, a bancada patronal na Câmara quis aprovar o Projeto de Lei 4330, de 2004, que tramita junto com mais seis propostas similares. Apesar da força do empresariado, o PL não foi aprovado.

Quarteirizar?

A defesa da terceirização ampla e irrestrita está presente no programa de governo divulgado por Marina Silva (PSB), candidata à Presidência, como denunciado pelo advogado Maximiliano Nagl Garcez em artigo recente na página do Diap.

Como descreve o autor, o modelo apresentado permite que o trabalhador se transforme em mercadoria: pode ser quarteirizado e até quinterizado. Esse alerta vale para a candidata do PSB, mas também na hora de analisar todos os outros que disputam as eleições de outubro.

Por isto, é importante usar o tema na hora da escolha de quem votar. Pergunte qual é a posição dos pretendentes sobre a terceirização. Deputados e senadores, por exemplo, tem e terão papel essencial na luta contra a precarização das relações de trabalho.

Para ler a carta da Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino): <http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2014/09/Carta-ao-Excelentissimo-Senhor-Ministro-do-Supremo-Tribunal-Federal.pdf>

Portal Gestão Sindical

Maldades da terceirização

10/09/2014 por Agência Sindical - Escrito por João Franzin*

Terceirização da mão de obra é uma forma de solução do negócio capitalista. E o Brasil, ao abrigar na Constituição de 1988 o respeito à propriedade privada, chancelou sua condição de país capitalista. Mas o Constituinte que cedeu os anéis não ofereceu os dedos. No Artigo 170, item 3, fez constar "função social da propriedade".

Na verdade, a terceirização, na prática, tem profundo caráter antissocial. Os dados desnudam a selvageria: 1) 90% dos resgatados da condição análoga à de escravos são terceirizados; 2) Em 2013, na construção de edifícios, dos 135 mortos em acidentes, 75 eram terceirizados.

Setores patronais, porém, tentam a todo custo aprofundar a terceirização. Exemplo disso é o PL 4.330, de Sandro Mabel, que flexibilizava a contratação e dava fachada legal ao capitalismo selvagem. O sindicalismo reagiu em bloco e travou luta renhida até derrotar Mabel.

Em agosto do ano passado, para mobilizar sua base contra a ameaça do PL 4.330, o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região massificou o texto "As 10 maldades da terceirização".

Reproduzo:

1. Dissolve o Direito do Trabalho ao desconstruir direitos da CLT e da Constituição;
2. Torna lícito todo contrato de prestação de serviço terceirizado;
3. Acaba com a atividade-fim da empresa, que pode terceirizar qualquer função;

4. Permite a subcontratação de empresas (quarteirização). A terceirizada pode repassar o serviço para outra empresa;
 5. Acaba com a responsabilidade solidária da contratante (quem contrata não responde por abusos, acidentes etc. da empresa que contratou);
 6. Estimula e dá sustentação às cooperativas fajutas (coopergatos);
 7. Assegura de vez a Pejotização. Em vez de ser contratado como mecânico, fresador etc., você será contratado como pessoa jurídica. Vai à Prefeitura, abre empresa, emite Nota Fiscal. Adeus férias, 13º etc. É uma espécie de trabalho escravo embalado em Nota Fiscal;
 8. Gera a fragmentação continuada das empresas, ao possibilitar a novas empreiteiras e terceirizadas integralizarem seu capital em 30 dias, tornando possível o interesse empresarial de criar facilmente suas próprias empresas terceirizadas, precarizando sob proteção da lei;
 9. Retira do Estado a fiscalização e a vigilância, delegando esse papel às contratantes, piorando barbaramente as condições de saúde e segurança no trabalho, mais ainda dos terceirizados. Na prática: mais doenças, mutilações e mortes no trabalho;
 10. Enfraquece os vínculos formais de trabalho, pois estimula a rotatividade. Ao tornar mais frágil ainda a relação capital-trabalho, gera empregos precários e transitórios.”
- * João Franzin é Jornalista da Agência Sindical.

Portal da CUT

FEM-CUT/SP entrega comunicado de greve para o G3

Bancada patronal ofereceu índice de reajuste salarial que não cobre a reposição da inflação

Escrito por: FEM-CUT/SP • Publicado em: 11/09/2014

A rodada de negociação da Campanha Salarial entre a FEM-CUT/SP e a bancada patronal do Grupo 3 (que reúne os setores de autopeças, forjaria e parafusos) ocorrida na manhã desta terça-feira (9) foi “decepcionante”. Essa é a avaliação do presidente da Federação, Valmir Marques da Silva, Biro Biro, e dos presidentes e dirigentes dos sindicatos metalúrgicos do ABC, Sorocaba, Taubaté, Itu, Salto e Cajamar, que acompanharam a rodada na sede do Sindipeças, em São Paulo.

Durante a negociação, a bancada patronal ofereceu 5,5% de reajuste salarial, índice que não cobre a reposição da inflação do período da data-base da categoria metalúrgica, 1º de setembro, que fechou em 6,35%.

“Depois de um mês sem negociação, ouvir isso é muito ruim. Até agora, as propostas apresentadas pelas bancadas patronais estão muito distantes do nosso objetivo: aumento real mais a inflação”, explica Biro-Biro.

Comunicado de greve

Diante do não avanço, a FEM-CUT/SP entregou ofício de greve para o G3 que determina que, após o prazo de 48 horas, contados a partir da entrega do comunicado, os cerca de 51 mil trabalhadores nas empresas do G3 na base da FEM poderão entrar em greve geral por tempo indeterminado. Esta é a primeira bancada patronal que recebeu o aviso de paralisação. “Agora a partir do momento que as assembleias acontecerem há riscos de termos paralisações nas nossas bases. O fechamento de um bom acordo dependerá de muita luta e mobilização”, frisa.

Cenário econômico melhor

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, entende as dificuldades alegadas pelas empresas autopeças, mas ressalta que os dados da economia no último trimestre mostram uma melhora. “Apostamos na retomada. Temos a certeza de que a retomada da compra de veículos e caminhões no último trimestre e o IPI reduzido estimularão o consumo”.

Marques destaca que as empresas de autopeças do ABC paulista estão animadas com a nova Lei da Rastreabilidade e informaram ao Sindicato que já começaram a ter encomendas. “Isso aponta um cenário melhor para 2015, com mais produção nas autopeças e participação no mercado”, conta. Sobre as mobilizações no ABC paulista, o presidente informa que estão acontecendo diariamente.

“Hoje (9) fizemos três assembleias retardando a entrada dos trabalhadores nas portas das fábricas e a tendência agora é intensificar as mobilizações. Até o dia 17 (data da próxima rodada com o G3) esperamos sensibilizar os empresários a elevarem a proposta salarial”, relata.

Em Taubaté, a categoria também está mobilizada. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Hernani Lobato, falou que os trabalhadores estão prontos para parar. “Comunicaremos as empresas do G3 nesta quarta (10) sobre o aviso de greve e se não houver uma melhora na proposta econômica vamos cruzar os braços”, disse.

Alexandro Garcia, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto, falou que foram realizadas assembleias prolongadas em fábricas dos setores de autopeças e estamparias na região e serão iniciadas mobilizações nas empresas de máquinas a partir desta quarta. “O remédio correto para a intransigência patronal é greve”, frisa.

Mais mobilizações na base FEM

Os metalúrgicos de Itu já iniciaram as mobilizações há 15 dias. “Com esta proposta frustrante do G3, falaremos para os trabalhadores que os patrões estão nos enrolando muito e, por isso, temos que nos unir e parar”, afirma o presidente do Sindicato, Dorival Jesus do Nascimento.

Silvio Ferreira, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, concorda e destaca que a categoria metalúrgica está apreensiva. “Estamos no mês da nossa data-base e até agora nada. Aumentaremos as assembleias nas portas das fábricas nos próximos dias. A nossa unidade é fundamental neste momento”, pontua.

O diretor da Federação e do Sindicato dos Metalúrgicos de Cajamar, José Carlos, criticou o oportunismo dos patrões que estão se aproveitando de um cenário que não está favorável em alguns setores para reduzir o ganho dos trabalhadores. “Jamais aceitaremos isso. Vamos intensificar as mobilizações para que os resultados repercutam nas mesas de negociação”, alerta.

Negociação continua com o G3 e Vale-Cultura

Apesar do comunicado de greve, as negociações com a bancada patronal do G3 continuam. Uma nova rodada está agendada para o dia 17, às 10h, na sede do Sindipeças, na Avenida Santo Amaro (SP). Com relação às demais bancadas, não há novas rodadas de negociação.

A FEM-CUT/SP também reivindicou a inclusão de uma cláusula social na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Vale-Cultura. A bancada do G3 pediu para a Federação formalizar uma proposta.

Portal da CUT

Aécio, governo de Minas e PSDB querem censurar as/os Educadoras/es na Justiça

O governo de Minas Gerais e a coligação encabeçada pelo PSDB entraram com uma ação para proibir qualquer manifestação que tenha como pauta mostrar ao povo mineiro a realidade da péssima gestão na educação no Estado

Escrito por: Vagner Freitas, presidente Nacional da CUT • Publicado em: 11/09/2014

Ser trabalhador na educação em Minas Gerais não é fácil. Além de enfrentar as más condições de trabalho, os baixos salários e a fragilidade do projeto educacional, a categoria enfrenta a censura. Em Minas é proibido falar a verdade. Só se está autorizado a falar bem do governo. E quem ousar desrespeitar os novos coronéis da política mineira é censurado como eles fizeram com a imprensa local.

A mais recente tentativa do governo mineiro, aliado de Aécio Neves, candidato tucano a sucessão presidencial pelo PSDB, é calar as/os trabalhadoras/res da Educação na Justiça. O governo estadual e a coligação encabeçada pelo PSDB entraram com uma ação para proibir qualquer manifestação que tenha como pauta mostrar ao povo mineiro a realidade da péssima gestão na educação no Estado.

“A tentativa de censurar os trabalhadores em educação demonstra a forma como fomos tratados nos últimos anos: a mordaca como pedagogia do medo, enquanto se destrói a escola pública mineira”, Beatriz da Silva Cerqueira, presidente do Sind-UTE/MG, Sindicatos dos Trabalhadores em Educação no Estado de Minas Gerais, e uma das líderes na luta por educação de qualidade no Estado e no Brasil.

Bia, como é conhecida, além de presidir o Sind-UTE/MG, é a presidente da CUT-MG, fato que muito nos orgulha, pois trata-se de uma liderança destemida e reconhecida em todo o Estado.

Vejam alguns exemplos da falta de respeito do governo de Minas com a Educação e seus profissionais que os tucanos querem impedir o povo de saber:

- 1 – O Programa Jovem atende apenas nove municípios;
- 2 – Faltam 1.010.491 de vagas no Ensino Médio;
- 3 – Somente 35% das crianças mineiras conseguem vaga na Educação Infantil;
- 4 – O governo não tem política preventiva à violência nas escolas. Professores são agredidos, alunos assassinados e nada é feito para impedir;
- 5 – O próprio programa Fica Vivo não diminuiu a violência entre os jovens. A taxa de homicídio aumentou 80% de 2001 a 2011 em Minas;
- 6 – Os professores não têm autonomia para avaliar o processo de aprendizagem dos alunos. O governo IMPÕE aprovação automática;
- 7 – O Governo de Minas NÃO paga o Piso Salarial Profissional Nacional aos profissionais do Magistério, conforme Lei Federal 11.738/08 e decisão do Supremo Tribunal Federal – STF;
- 8 – Efetivou, sem concurso, mais de 98 mil servidores, colocando estas pessoas numa situação de fragilidade jurídica;
- 9 – Congelou a carreira de todos os trabalhadores em educação até dezembro de 2015;
- 10 – O que mais incomoda os tucanos mineiros é a possibilidade de a população ser informada e lembrada dos problemas nas escolas mineira em pleno processo eleitoral. Qual é o medo?

Educar, informar, organizar as trabalhadoras e trabalhadores de Minas Gerais e do Brasil faz parte da missão dos professores e dos demais trabalhadores.

A CUT não vai permitir que as/os trabalhadoras/es na Educação de Minas sejam censurados.

Todo apoio ao Sind-UTE/MG!

Toda solidariedade à professora Bia!

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos de eletroeletrônicos também aprovam aviso de greve

Os metalúrgicos do setor de eletroeletrônicos engrossaram, nesta quinta-feira, dia 11, as mobilizações da categoria pela Campanha Salarial. Em assembleia, os trabalhadores da Panasonic, Sun Tech, Blue Tech e Sigma aprovaram aviso de greve para mostrar aos patrões que o próximo passo será a paralisação.

O aviso de greve é resultado da proposta absurda apresentada pelo grupo patronal na última rodada de negociação. Os empresários querem aplicar apenas 4,5% de reajuste, o que não cobre nem mesmo a inflação do período (setembro de 2013 a agosto de 2014), fechada em 6,35% pelo INPC.

Na assembleia da Panasonic, em São José dos Campos, a mobilização dos metalúrgicos chegou a causar congestionamento na Rodovia Presidente Dutra. Houve grande participação de trabalhadores da Produção e do Administrativo.

Na Blue Tech, em Caçapava, e Sun Tech, Zona Leste de São José dos Campos, ambas fornecedoras da LG, houve atraso de uma hora na entrada do primeiro turno.

Os patrões do grupo de eletroeletrônicos ainda não agendaram nenhuma nova reunião para dar continuidade às negociações. Mas se eles não pararem de enrolar, vão ter que encarar as máquinas paradas.

Neste sábado, dia 11, tem assembleia geral da Campanha Salarial, às 10h, justamente para definir as estratégias de luta. Como os avisos de greves estão sendo aprovados por fábricas de todos os setores, a próxima semana promete ser de muita mobilização. A assembleia será na sede do Sindicato.

Enfermaria

Na Blue Tech, uma das trabalhadoras desmaiou após a assembleia e teve de ser levada pelas companheiras ao Pronto-Socorro, já que a enfermaria da fábrica foi desativada há três meses. O episódio confirma a necessidade de reabertura da enfermaria, como vem sendo reivindicado pelas trabalhadoras. É ponto, inclusive, da pauta da Campanha Salarial.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - 11/09/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato prevê greve dos funcionários dos Correios

Os cerca de 1.500 trabalhadores dos Correios na região podem cruzar os braços na terça-feira, dia 16, às 22h. Hoje, em assembleias simultâneas em todo o País, às 19h, será votado o estado de greve. Segundo o diretor para o Grande ABC do Sintect (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios, Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e Zona Postal de Sorocaba), José Luiz de Oliveira, é quase certa a aprovação do estado de greve. "E paralisaríamos na terça-feira, quando terá outra assembleia", destacou.

Correios e sindicatos estão em meio à negociação salarial. A pauta foi enviada à empresa em julho. A categoria pedia a reposição da inflação mais R\$ 300 no salário mensal. "Isso geraria reajuste aproximado de 8% para os mais velhos de casa. Para os novos, chegaria a quase 15%", calculou Oliveira. Por enquanto, observou o sindicalista, os Correios colocaram na mesa, como contraproposta, reajuste de 6,5%, o que seria bem próximo à reposição da inflação.

A empresa, por meio de nota, destacou que está ciente sobre a posição da categoria. "A assembleia dos trabalhadores a respeito da greve será somente no dia 16. Portanto, todos os serviços no Brasil estarão funcionando normalmente durante esta semana. Os Correios e as representações dos trabalhadores ainda estão em negociação. Se houver paralisação a partir do dia 16, a empresa aplicará medidas do plano de continuidade para garantir as entregas." Destacou ainda que "as paralisações dos últimos anos foram localizadas e tiveram baixa adesão, com mais de 90% dos trabalhadores em atividade normal".

Oliveira, porém, rebateu. Disse que, nos últimos anos, em média, 90% dos carteiros aderiram às greves e, entre 65% e 70% dos funcionários da área administrativa e interna dos Correios, também. "Se entramos em greve, o pessoal que entra no terceiro turno, às 22h, já para. Cartas e encomendas enviadas na terça-feira já não chegarão ao destinatário", explicou Oliveira.

A Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares), em Brasília, é a responsável pela negociação coletiva.

MAIS TRANQUILA - O diretor do sindicato opinou que neste ano, apesar de a categoria planejar atos para pressionar os Correios a aumentar a proposta de reajuste salarial, a negociação começou bem mais tranquila e positiva para os trabalhadores do que em 2013. "Se pararmos para analisar, neste ano a primeira contraproposta dos Correios foi de reajuste de 6,5%, o que, na prática, é a recomposição da inflação. No ano passado, a situação foi bem pior. Eles queriam pagar apenas 3% a mais", lembrou Oliveira.

Em 2013, as negociações tiveram dois dias de paralisação na área operacional dos Correios no Grande ABC, o que envolveu cerca de 780 funcionários, dos aproximadamente 1.500. Após o ato, a empresa concordou em pagar aos funcionários a reposição da inflação mais 1,7% de ganho real, o que gerou acréscimo salarial de 8%.

O resultado foi satisfatório, na época, porque os trabalhadores passaram por três anos de reajustes que não repuseram a inflação dos períodos, observou Oliveira, logo após o acordo, no dia 13 de setembro do ano passado. Em 2012, por exemplo, as negociações foram levadas à Justiça e a greve durou 18 dias. O reajuste, naquele período, foi de 6,5%.

Fonte: Pedro Souza/Diário do Grande ABC - 11/09/2014

Portal Mundo Sindical

FAT realoca recursos e destina R\$ 3.6 bilhões a programas de geração de emprego e renda este ano

O Conselho Deliberativo do FAT confirmou nesta quarta-feira (10), a aplicação este ano de R\$ 3,6 bilhões em recursos destinados às linhas de crédito que financiam programas de geração de emprego e renda. O Conselho já havia destinado em abril a aplicação de R\$ 3.5 bilhões, porém dependia de retorno de recursos do FAT repassados ao BNDES, que na reunião de hoje se propôs a realocar R\$ 2.5 bilhões em programas indicados pelo Conselho, o que possibilitou a execução dos programas financiados pelo Fundo.

"Os recursos são provenientes do excedente da reserva mínima de liquidez do FAT e na realocação proposta prevalece à aplicação em programas de financiamento a micros e pequenas empresas, que é o objetivo do FAT", ressaltou o presidente do Codefat, Quintino Severo.

Foram remanejados recursos dos programas FAT Infraestrutura e FAT Exportar, executados pelo BNDES, para o FAT Fomentar, também do BNDES, que terá este ano R\$ 1.9 bilhões para financiar investimento produtivo às micros e pequenas empresas. Outros programas que o Conselho confirmou a aplicação de recurso são o Proger Urbano, com R\$ 700 milhões, para financiamento de micros e pequenas empresas e o PRONAF, que terá R\$ 600 milhões destinados ao financiamento à agricultura familiar. O programa FAT Inovacred, da FINEP, terá disponível R\$ 110 milhões para investimento em inovação nas empresas; o FAT Taxista receberá R\$ 130 milhões; o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PMNPO vai receber R\$ 100 milhões; e o FAT Turismo R\$ 60 milhões.

Os bancos oficiais que rodam programas com recursos do FAT tem prazo até 31 de dezembro para execução do orçamento destinado aos depósitos especiais.

Fonte: Assessoria de Imprensa do MTE - 11/09/2014

Portal Gestão Sindical

"O PIB é um indicador medíocre"

10/09/2014 por Outras Palavras/Outras Mídias - Entrevista a Catia Santana, no Jus Economico | Outras Mídias

A tímida previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil tem tomando conta do noticiário econômico deste ano. O indicador que mede a soma anual dos bens e serviços produzidos, não mede, no entanto, resultados ou progressos obtidos pelo País. Para Ladislau Dowbor, professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de economia e administração, formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça; Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976), consultor para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, "o PIB é uma cifra que, tecnicamente, ajuda a medir a velocidade que a máquina gira, mas não diz o que ela produz, com que custos ambientais e nem para quem. É ridículo tentar reduzir a avaliação de um País a um número, isso não faz nenhum sentido". Em entrevista para o Jus Econômico o professor, fala dos avanços econômicos e sociais alcançados pelo Brasil nas últimas décadas, a importância de se investir nas pessoas e que apesar dos avanços que transformaram o "andar de baixo da economia" ainda há um longo caminho a ser percorrido para a redução das desigualdades do país.

Jus Econômico – Tem sido divulgado amplamente o fraco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2014. Crescimento fraco de PIB no Brasil é preocupante? Por quê?

Seria bom crescer mais, ponto. Agora o objetivo fundamental é as pessoas viverem melhor, o PIB não mede os resultados, mede a intensidade de uso dos recursos. Enquanto o PIB atingiu o recorde em 2010 [ano em que fechou o ano com 7,5%], a Amazônia teve vinte e oito mil quilômetros quadrados derrubados [de floresta], isso gera atividade econômica, isso aumenta o PIB só que é nocivo para o País porque está reduzindo os estoques. Quando são jogados pneus, carcaças de fogão no rio Tietê e isso obriga o estado a contratar desassoreamento dos rios, isso aumenta o PIB. Quando aumenta a criminalidade, mais gente compra grades, cadeados e contrata gente que apita na rua, isso está aumentando o PIB. Quando se melhora o nível de saúde da população e crianças adoecem menos, compra-se menos medicamentos e há menos hospitalização, ocorre redução no PIB e não aumento. Então é importante entender que o PIB não mede resultado, mede a intensidade de uso dos recursos e as pessoas pensam que o PIB é bom porque o associam ao emprego. O que está acontecendo é uma coisa curiosa porque as pessoas ficam confusas sobre como é que o PIB, que ano passado teve crescimento razoável 2,2%, 2,3%, que está na média mundial, este ano, talvez seja um pouco mais fraco e mesmo assim ainda temos situação de pleno emprego. Na realidade, a composição do Produto [Interno Bruto] está mudando. Nós tivemos, por exemplo, mais de três milhões de pessoas a mais que entraram nas universidades, o Pronatec está com seis milhões e meio de pessoas que passaram a estudar, tivemos uma grande expansão do ingresso na educação em geral, houve um conjunto de investimentos no nível de conhecimento da população. Quando se faz esse investimento de formar as pessoas, vai haver uma nova geração que em dez ou quinze anos será muito mais produtiva, mas o aumento da produtividade das pessoas não é hoje ele vai se dar. Enquanto essas pessoas não entrarem no mercado produtivo, nós continuaremos com uma mão de obra em que o analfabetismo funcional atinge mais de um terço da mão obra que temos o que mantém a produtividade relativamente baixa. Então, fazendo a política certa, é natural e compreensível que não reflita imediatamente no PIB porque se está investindo nas pessoas e na futura capacidade produtiva delas.

A conclusão de que um país é rico ou não, para muitos, passa muito também pela avaliação do seu PIB. O PIB é um bom indicador de riqueza de um país?

O PIB não é indicador de riqueza, inclusive ele não mede sequer a riqueza. Porque para medir riqueza, se mede patrimônio. Nosso PIB não mede os US\$ 520 bilhões de fortunas brasileiras em paraísos fiscais e não mede inclusive, a concentração do patrimônio, de quem controla a terra, de quem é dono de qual parte do país, por exemplo. O PIB mede apenas a intensidade de uso de recurso durante um ano, mede apenas o fluxo. Quando se aumenta o estoque de riquezas do país, ele se torna mais rico. Colocando mais carros nas ruas de São Paulo, onde fica todo mundo paralisado, gastando mais gasolina aumenta o PIB, mas não está melhorando a situação das pessoas. Quando apenas se mede quantos carros foram vendidos e quanto dinheiro circulou durante o ano e não o estoque, tem-se o Produto Interno Bruto que é uma medida anual, não mede a riqueza que é o patrimônio. Inclusive, trabalhamos com o Marcio Pochmann [economista] tempos atrás o conceito de qualidade do PIB, quando, por exemplo, se faz investimento em saúde preventiva que é muito mais produtivo e ajuda com que as pessoas não fiquem doentes, não se aumenta PIB, ao contrário. A Pastoral da Criança, por exemplo, nos quatro mil municípios onde trabalham são responsáveis por 50% da queda da mortalidade infantil isso não aumenta PIB, o que aumenta PIB é a compra de remédios, contratar ambulância e serviços hospitalares. Na realidade, o PIB é uma cifra que, tecnicamente, ajuda a medir a velocidade que a máquina gira, mas não diz o que ela produz, com que custos ambientais e nem para quem. Os economistas que trabalham hoje de maneira séria como Joseph Stiglitz, Amartya Sen e mais um monte de gente, está revoltada com esse tipo de medida, é ridículo tentar reduzir a avaliação de um país a um número, isso não faz nenhum sentido.

Quais elementos devem ser considerados para medir se as condições econômicas de um país são boas ou ruins?

O PIB que mede apenas a intensidade do uso da máquina, mas como avaliação universal de um país, simplesmente, não serve. Quando há investimento em saúde e há menos hospitalizações, menos consumo de remédios, por exemplo, isso não aumenta o PIB. Temos o IDH, medido por municípios, como no Atlas Brasil 2013, que mede não só a renda, mas a saúde e acesso a conhecimento já é uma cifra mais equilibrada, isso que nos dá a evolução constatada entre 1991 e 2010, em que o brasileiro ganhou nove anos em esperança de vida, passou de 65 para 74 anos, o que é uma imensa transformação. E temos indicadores não só de quantidade mas de expansão de diversos níveis na educação e da generalização do acesso à internet em 3200 municípios, que faz parte do processo de transformação que está em curso. O IDH já ajuda muito. Há indicadores mais detalhados, que saíram há dois meses atrás e pegando o ano de 2013, em que o Brasil aparece bem na foto, que se chama Indicadores de Progresso Social (IPS), são 54 indicadores que pegam os resultados, não quanto se gasta e sim quanto se tem de resultado no que se refere ao acesso ao

conhecimento, de mobilidade social, de redução das situações críticas como as de insalubridade. O Brasil aí está bem na foto, mas está mal em termos de segurança, o indicador que mais puxa o Brasil para baixo. Temos indicadores de área ambiental não suficientemente difundidos no Brasil, como a pegada ecológica, mas temos sim fragmentos indicativos que são indicadores pontuais como a redução do desmatamento da Amazônia que passou de vinte e oito mil metros quadrados em 2002 para atualmente de quatro mil e quinhentos quilômetros quadrados. Em geral, continuamos com os dois maiores desafios do Brasil, o primeiro a desigualdade, ainda somos um dos países mais desiguais do mundo, e o segundo é a destruição ambiental.

Ainda nessa linha de indicadores, qual a contribuição do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013 com relação aos indicadores utilizados. Comente o que eles mostram sobre os municípios brasileiros.

O principal é o que se observou em 1991, quando 85% dos municípios tinha um IDH muito baixo, abaixo do 0,50, e em 2010, sobraram nessa situação catastrófica, apenas 32 municípios. Como o IDH abrange tanto áreas de saúde, como educação e de renda, então trabalhamos esses elementos. A educação foi a área que mais evoluiu no Brasil, mas continua sendo a mais baixa porque era de longe o elemento mais atrasado. Isso felizmente está ocorrendo uma unanimidade no Brasil de que temos que centrar muitos esforços na educação. Nesse período, em termos de capacidade de compra real houve aumento e a cifra que se chegou foi de R\$ 346, deflacionados, em termos de capacidade de compra atual, o que como renda domiciliar per capita pode parecer pouco, mas se tivermos uma família com quatro pessoas, quatro vezes R\$ 346, significa que se a família está lá em baixo – quando a família é rica não faz diferença- faz uma imensa diferença na situação da população. Isso se deve apenas em parte ao Bolsa Família, em grande parte ao aumento do salário mínimo e, com isso, indiretamente, por indexação também melhoraram as aposentadorias e se deve, digamos, ao aumento do nível de emprego. O emprego aumentou globalmente, temos o menor desemprego da história do País e, em particular, houve o aumento muito significativo de quase 20 milhões de empregos formais. A formalização do emprego ajuda muito a racionalizar toda a economia. No Atlas [do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013] são esses os eixos mais significativos, ainda há a saúde em que houve uma progressão de nove anos de vida, o que é um avanço absolutamente gigantesco num período tão curto. A metodologia também é interessante porque se para de olhar o PIB então se equilibra a renda e a saúde que não é só serviço de saúde porque isso é resultado das pessoas terem acesso à água limpa, do “Luz Para Todos” que permite que muitas casas que não tinham geladeira, agora podem armazenar alimentos. É um conjunto de melhorias de condições de vida, inclusive, o Minha Casa, em que as pessoas podem viver de maneira decente, tudo isso tem seus impactos. Na educação também, que não é apenas a construção de escolas são diversas formas de inclusão, inclusive, indiretas como o Bolsa Família que está vinculado a manter as crianças na escola. Criou-se uma política de estado de inclusão. É importante nessa pesquisa do Atlas 2013 que ela não compreendeu apenas a partir do governo Lula, ela começou em 1991. Vê-se que há progressos desde a década de 1990 e que se sistematizam a partir da última década. Basicamente, os avanços começam com a Constituição 1988, com a redemocratização, em que se cria um clima de regras do jogo de investimentos para o País começar a caminhar. Uma segunda evolução muito importante foi a ruptura da hiperinflação em 1994 que permitiu às empresas começarem a fazer as contas o que deu mais fôlego às áreas produtivas relativamente às áreas financeiras, que ganhavam muito com a inflação e esses avanços se sistematizam realmente a partir do governo Lula e do governo Dilma quando se transformam num processo muito amplo que não é só Bolsa Família, é Prouni, Luz para todos, Pronatec, PRONAF todos eles tiveram expansão, o aumento do salário mínimo, são basicamente 150 programas articulados que estão transformando o País.

Os indicadores específicos por município podem resultar em resolução dos problemas? Como?

Cada município precisa desenvolver sua base de dados, é a mesma coisa de quando se quer administrar bem uma empresa necessita-se de informação gerencial bem organizada. A gente conta nos dedos os municípios que tem um sistema de indicadores adequado. Nós temos um processo articulado em que pegamos as duas décadas e ficam muito mais claras as evoluções das cifras. O Indicador de Progresso Social (IPS), essa metodologia que saiu há dois meses, trabalha não só com as três áreas do IDH (saúde, educação e renda), mas com uma bateria de 54 indicadores, isso ajuda porque amplia[os indicadores], mas não são desagregados para o nível municipal. O município é a unidade básica da federação, temos 5565, se eles não são bem administrados é o conjunto do País que não funciona. O Atlas Brasil 2013 ajuda, porque além de dar o ranking em termos de IDH dos municípios, ele disponibiliza um conjunto de indicadores mais detalhados por município. Isso é um início, uma base para identificar as coisas mais gritantes de cada município, mas na realidade, temos de ir muito além, cada município tem que criar sua base de dados sistemática. Temos o sistema Orbs desenvolvido no Paraná. Temos indicadores muito interessantes desenvolvidos aqui

em São Paulo através do Instituto Ethos e do Movimento Nossa São Paulo chamado IRBEM (Indicadores de Bem Estar Municipal), temos também o Indicador de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte [MG]. Muitos municípios acordaram para a necessidade de gerar uma transferência interna de quais são os problemas, quais são os potenciais e como estão sendo utilizados os recursos. De certa maneira temos que criar um conjunto de base informativa para uma gestão racional e adequada de cada município.

O senhor defende que se os municípios são os blocos que constroem o país e que se o os municípios não funcionam, o país não funciona. Posto isso, a quantas anda o funcionamento do País partindo dos municípios?

Acho extremamente desigual, mas também com muito progresso. Grande parte das iniciativas, realmente por assim dizer, não aparecem na grande mídia que não tem muito o esforço de se meter nos interiores para verificarem como as coisas estão mudando. Com a impulsão da formalização do trabalho, do programa Projeto Empreendedor individual, de acesso a muito mais renda no nível dos municípios e dos estados mais pobres isso tudo gerou condições para que os municípios acelerem o seu desenvolvimento, isso está funcionando, agora, no meu entender, a capacidade de gestão e não a disponibilidade de recursos é que tendiam a ser ainda o elo mais fraco. Não temos praticamente cursos de formação de gestores municipais, temos iniciativas de esforços individuais da Tania Fisher na Bahia, da Tania Zapata de Pernambuco. Temos aqui na FGV curso para administração municipal, mas são coisas muitos pontuais ainda, relativamente às necessidades. Não dá para formar só uma pessoa que aprende administração pública e outra que só aprenda administração de empresas. É necessário pensar em como se administra o território onde as empresas, a administração pública, os movimentos sociais, os recursos naturais e tudo isso será articulado no processo de desenvolvimento sustentável. Acho que estamos aqui muito atrasados.

Como os programas de transferência de renda contribuem para o funcionamento dos municípios?

Para muitos municípios, em particular, para o nordeste, o Bolsa Família aumentou muito a renda desses municípios, mas isso não resolve. O que se constatou, e isso é uma das coisas mais importantes, é que toda a visão discriminatória que dizia que se o pobre recebe dinheiro ele se encosta ela simplesmente foi negada pelos fatos. Os municípios despertaram porque se gerou mais demanda local. E uma demanda de muitas coisas simples como alimentos, pequenos serviços, acesso à saúde, poder pegar um transporte, pagar a prestação de uma geladeira. Na verdade, isso transformou profundamente o andar debaixo da economia conforme mostram as estatísticas em que quase 40 milhões que saíram do buraco. Eu volto a dizer: o buraco ainda é muito profundo, estamos muito longe de resgatar à desigualdade. E não foi só Bolsa Família, o PRONAF [Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar] passou de R\$ 2,5 bilhões em 2002 para cerca de R\$ 20 bilhões hoje, temos também o acesso dessa população mais pobre às universidades. Esse processo de mudança que está apenas começando a ser estruturar para acelerar o desenvolvimento e aí não é o desenvolvimento do PIB municipal e sim da qualidade de vida. São outros tipos de consumo e isso exige uma força, uma capacidade de gestão pública muito reforçada exige conhecimento, articulação intermunicipal, as diversas institucionalidades que vão se formando. Estive em Minas Gerais, onde já há 64 consórcios intermunicipais de saúde o que ajuda muito em vez de as pessoas ficarem andando de um lugar para outro procurando um serviço médico melhor, com um consórcio intermunicipal fica-se sabendo que município tem uma boa estrutura de oftalmologia, que outro tem melhor para cirurgias. Essa capacidade de gestão está sendo construída.

E possível o maior enfoque no desenvolvimento social e manter o desenvolvimento econômico em segundo plano? Como isso funciona?

Há uma reflexão profunda nesse sentido, herdamos uma tradição muito ruim da economia que quem produz bonecas Barbie é o produtor que gera emprego, produto e imposto que são utilizados para gasto pelo estado. Hoje invertemos a forma até em particular nos trabalhos de Amartya Sen, nos trabalhos fundamentais da CEPAL [Comissão Econômica para América Latina], em particular, "La hora de la igualdad" [A hora da igualdade] um documento importante para a América Latina e a mensagem básica é a seguinte: não é aumentar o bolo para depois distribuir, a melhor forma de aumentar o bolo é investir nas pessoas então, na realidade, esse esforço que se está fazendo hoje na educação, saúde, cultura etc. na realidade resulta na melhora da capacidade produtiva das pessoas. As pessoas esquecem que quando uma empresa quer uma produtividade melhor ela precisa contratar engenheiros e quando ela contrata um engenheiro de 25 anos ela contrata 25 anos de investimento social naquela pessoa, isso é um esforço brutal. Ou seja, houve imenso investimento social para se ter esses engenheiros. O Japão se desenvolveu mandando milhares de pessoas para diversas partes do mundo para estudar e se formar. A Coreia fez imensos investimentos sociais, a China está fazendo também. Na realidade, se inverteu, não há mais que se

esperar o país ser rico para pode financiar educação saúde, cultura se não investir nas pessoas é que nunca vai ficar rico.

Portal da CTB

Onde estão as provas que a revista *Veja* diz ter contra a Petrobras?

Nesta semana, a revista *Veja*, da Editora Abril, trouxe a matéria de capa com as gravações dos depoimentos prestados pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa para a Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF) detonando um suposto esquema de corrupção através da "delação premiada". Segundo a publicação, Costa foi demitido da estatal em abril de 2012, acusado de atos ilícitos na empresa, foi preso pela PF (Polícia Federal) em março passado, solto em maio pelo Supremo Tribunal Federal e em junho preso novamente. Por isso, "o movimento sindical petroleiro vinha sistematicamente pedindo a saída desse senhor da Petrobras", garante Fátima Viana, dirigente do Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte.

"Sabemos que a corrupção faz parte do itinerário das empresas, mas o que é crime tem que ser apurado", preconiza Fátima. Mas ela, tem dúvidas da veracidade dessa reportagem. "Enquanto a revista não apresentar as provas, as denúncias não serão levadas a sério, porque se as investigações da PF estão correndo sob sigilo de justiça, como a publicação teve acesso aos depoimentos desse senhor?", pergunta.

Fátima conta ainda que Costa está na direção da estatal desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e "nunca sentimos confiança nele", ressalta. Ela reforça, no entanto, a necessidade de a PF aprofundar as investigações e o que "for comprovadamente criminoso deve ter punição exemplar". Segundo ela, "a revista *Veja* tem a obrigação moral de apresentar à opinião pública as provas do que está acusando as pessoas", define.

"Do jeito que saiu publicado beira à fofoca e perde todo o crédito. Não se deve dar ouvidos a boatos contra quem quer que seja", acentua Fátima. "Sem prova, sem indício, sem nada, a *Veja* publica uma lista de políticos acusados como beneficiários de um esquema de corrupção na Petrobras. A quase totalidade deles pertence a partidos da base do governo Dilma, com exceção de Eduardo Campos, candidato a presidente do PSB, ceifado por uma tragédia", ataca Adalberto Monteiro, presidente da Fundação Maurício Grabois e editor da revista *Princípios*.

"O que os petroleiros acham estranho é somente agora a revista vir à tona com essas acusações", revela Fátima. Para ela, "mesmo com a suposta delação premiada desse senhor, o conteúdo dos depoimentos não é de conhecimento público. E a *Veja* tem que dizer como conseguiu as gravações e tem obrigação de apresentá-las à sociedade". Já Monteiro questiona: "De fato a revista teve acesso ao teor dos depoimentos? Ninguém sabe. E se houve quebra do segredo de Justiça, por quais expedientes esse crime foi consumado?"

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB), quer que a revista apresente as gravações que obteve dos depoimentos à comissão. Até o momento a *Veja* não se pronunciou a respeito.

Na segunda-feira (15), a Federação Única dos Petroleiros, juntamente com diversas entidades do movimento social e sindical, realiza, às 10h, um ato em Defesa do pré-sal, da Petrobras e do Brasil, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por Marcos Aurélio Ruy – Portal CTB

Organizado por Ernesto Germano